

É preciso resgatar a política como mediadora de conflitos



» RAUL JUNGSMANN
Ex-ministro da Reforma Agrária, da Defesa e da Segurança Pública, ex-presidente do Ibram e atual diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

Costuma-se afirmar que as crises produzem soluções. Mas, no cenário político contemporâneo — no Brasil e no mundo —, elas têm se mostrado mais geradoras de divisões do que de saídas. Vivemos um momento de inflexão, marcado por uma nova bipolaridade, ideológica e caótica, em que o radicalismo mina pontes e esvazia a política de seu verdadeiro papel: mediar conflitos por meio do diálogo.

Há ecos históricos. A geração que viveu nos anos 1960 lembra a tensão entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética na crise dos mísseis em Cuba. Hoje, décadas depois, observamos novos focos de instabilidade: a guerra entre Rússia e Ucrânia, o conflito devastador em Gaza, o ataque aberto de Israel ao Irã há três dias e o impacto da recente eleição norte-americana indicam que os acordos firmados no pós-guerra estão sendo gradualmente desmontados. Nesse novo tabuleiro, o Brasil tenta reposicionar-se.

A aproximação do governo brasileiro com China e Rússia, contrastando com a afinidade entre a extrema-direita local e o trumpismo, é parte dessa dinâmica. No entanto, a motivação real do Brasil, até aqui, é, em boa parte, pragmática: fortalecer parcerias comerciais com a China, por exemplo, tem lógica

econômica. Os Estados Unidos (EUA), ao reverter suas políticas migratórias e comerciais, acenam para uma tentativa de retomar sua hegemonia global.

Nesse contexto, surge um novo campo de tensão: o das plataformas digitais. As chamadas big techs — em sua maioria sediada nos EUA — tornaram-se atores centrais nas disputas políticas e ideológicas.

A resistência dos Estados Unidos à regulamentação das redes, com ameaças de sanções a países que tentam legislar sobre o tema, tem sido explorada por setores extremistas para sustentar uma narrativa conspiratória de "governo contra governo", envolvendo inclusive o Supremo Tribunal Federal.

Mas o que existe, de fato, são decisões judiciais que visam ao enfrentamento legítimo no Brasil de crimes cometidos por meio das redes sociais em seu território. Não se busca a interferência na livre manifestação de opinião, como alardeia a retórica extremista. Há, sim, um vácuo político que facilita a distorção dos fatos e favorece a criminalidade nas redes.

O Congresso Nacional, por omissão, tem permitido que questões de alta relevância — como a regulamentação do ambiente digital — fiquem sob responsabilidade quase exclusiva do Judiciário. Trata-se de um erro grave. É o parlamento que deve exercer esse protagonismo, com base no interesse público e no equilíbrio institucional.

A política, por natureza, é uma arte de mediação, não de confronto. Como na esgrima, exige técnica, escuta, estratégia — não a força bruta da infantaria. Quando substituímos o debate pela polarização e a negociação pelo embate permanente, transformamos a democracia em terreno infértil para soluções coletivas.

A discussão sobre a regulação das redes sociais é complexa, mas o seu fundamento é claro: o que é inaceitável na convivência fora do ambiente digital também deve ser coibido dentro dele.

No entanto, por conveniência comercial das plataformas, o debate tem girado, exclusivamente, em torno da liberdade de expressão — com foco obsessivo numa suposta ameaça de censura — enquanto se ignoram os crimes concretos que vitimam diariamente milhares de brasileiros.

O repertório de abusos é vasto: crianças e adolescentes manipulados por desafios mortais; jovens envolvidos em atos extremos filmados e transmitidos como entretenimento; golpes financeiros em série; estímulo ao discurso de ódio e à violência, enquanto a liberdade de expressão serve de escudo para a impunidade.

As plataformas digitais tornaram-se campo de batalha simbólico e geopolítico, onde ressurge o debate — em grande parte distorcido — sobre censura. Esse embate é impulsionado pelas redes sociais, cada vez mais divididas em "tribos" que falam apenas aos seus convertidos, confundindo fatos e versões, sem disposição para ouvir.

A omissão diante disso não é neutra — é cúmplice. É preciso resgatar a política como pilar de sustentação da democracia, não como campo de batalhas intermináveis. Ao silenciar diante da responsabilidade de legislar, em ambiente de diálogo, o Congresso enfraquece a si mesmo e entrega à radicalização um espaço que deveria pertencer ao bom senso.

A crise pode, sim, gerar soluções. Mas, para isso, a política precisa deixar de ser espectadora e reassumir o seu papel de protagonista.

Israel x Irã: nova fase do confronto compromete ordem internacional



» ANA CAROLINA MARSON
Professora de Relações Internacionais da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP)

Na madrugada de 13 de junho, Israel lançou uma ofensiva aérea contra o território iraniano, atingindo instalações militares e destruindo a usina de enriquecimento de urânio de Natanz — a mais importante do Irã. O ataque resultou na morte de membros do alto escalão militar iraniano, bem como de cientistas ligados ao programa nuclear do país, intensificando ainda mais as tensões em uma das regiões mais instáveis do sistema internacional. A justificativa apresentada por Israel baseia-se na alegação de que o Irã dispõe de urânio enriquecido em grau e quantidade suficientes para a produção de armamentos nucleares — uma linha vermelha para a doutrina de segurança israelense. Ainda que as rivalidades entre os dois países sejam históricas, a ação marca uma elevação substancial na natureza e no alcance do confronto.

O programa nuclear iraniano sempre foi objeto de preocupação internacional, em parte devido à percepção de que o Irã é um ator revisionista e desafiador das normas da ordem liberal internacional. No entanto, o ataque israelense suscita sérias questões quanto ao respeito ao direito internacional, sobretudo no que tange à soberania territorial e ao uso unilateral da força. Além disso, surgem preocupações de ordem ambiental, embora inicialmente o Irã tenha informado à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) que não havia alterações nos níveis de radiação, fontes independentes relatam que mísseis do tipo Spike podem ter perfurado áreas críticas da instalação, provocando vazamentos radioativos. Se confirmado, esse vazamento poderá ter consequências de longo prazo para a população local e os ecossistemas da região.

A resposta iraniana não tardou. O líder iraniano, aiatolá Ali Khamenei, prometeu custos elevados a Israel e aos Estados Unidos, e seu discurso foi sucedido pelo lançamento de mísseis contra território israelense — alguns desses mísseis conseguiram superar as defesas do Domo de Ferro e atingir cidades israelenses. Além disso, o governo iraniano emitiu um alerta direto às potências ocidentais advertindo que qualquer tentativa de impedir sua retaliação resultaria em ataques a bases militares estrangeiras na região. Esse posicionamento, embora incisivo, não parece refletir um desejo explícito de escalar o conflito a ponto de envolver diretamente grandes potências, o que indicaria uma estratégia calculada de dissuasão, e não de confronto direto.

Nesse contexto, a internacionalização do conflito mostra-se inevitável, dadas as profundas implicações estratégicas para potências como Estados Unidos, Rússia e China. A decisão do Irã de levar o caso ao Conselho de Segurança da ONU sinaliza uma tentativa de enquadrar a crise nos marcos do multilateralismo, ainda que os limites desse caminho sejam evidentes. Como esperado, as posições dos membros permanentes do Conselho de Segurança seguiram linhas previsíveis; Estados Unidos e França mantiveram seu apoio a Israel, enquanto China e Rússia condenaram a ação israelense e demonstraram apoio ao Irã. Assim como ocorre nos casos da guerra da Ucrânia e do conflito palestino-israelense, o impasse no Conselho de Segurança reforça a paralisia de seus mecanismos decisórios diante de divisões geopolíticas profundas.

As reações das grandes potências, embora condenatórias no caso de Rússia e China, permaneceram retóricas. Nenhum dos dois países indicou disposição para fornecer apoio direto ao Irã, o que revela tanto o receio de um confronto direto com os Estados Unidos quanto a complexidade de seus próprios interesses na região. Do lado americano, as reações foram ambíguas; o secretário de Estado, Marco Rubio, declarou que os Estados Unidos não participaram da ofensiva, mas tal afirmação foi desmentida por postagens de Donald Trump na rede X, nas quais o presidente confirmou conhecimento prévio do ataque e reafirmou o apoio dos EUA a Israel. Essa contradição enfraquece a posição diplomática americana e alimenta as crescentes tensões regionais.

Outro fator relevante é a reação dos países do entorno israelense. Embora o ataque da madrugada de 13 de junho e o contra-ataque iraniano representem um ponto de inflexão nas tensões regionais, Estados como a Jordânia adotaram uma postura cautelosa, declarando que não pretendem se envolver nos desdobramentos do conflito. Essa atitude reflete o reconhecimento da gravidade da situação, mas também o desejo de evitar uma escalada ainda maior que comprometa a estabilidade regional.

Em suma, o ataque israelense ao Irã reacende um dos focos mais perigosos da política internacional contemporânea. A ofensiva compromete princípios fundamentais da ordem internacional, ameaça a estabilidade de uma região já fraturada e coloca à prova a capacidade das potências globais de conter uma escalada que poderia ter repercussões sistêmicas. A depender das próximas movimentações diplomáticas e militares, o episódio poderá consolidar uma nova fase de confronto regional prolongado, com impactos diretos sobre o equilíbrio de poder no Oriente Médio e sobre a credibilidade das instituições multilaterais.



Para ter sucesso, a COP30 precisa considerar as crianças



» YOUSSEUF ABDEL-JELIL
Representante do Unicef no Brasil

Os olhos do Brasil e do mundo estão voltados para novembro de 2025, quando vai ser realizada em Belém (PA) a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP30. E muito se pensa e se fala sobre esse evento — menos que se trata, também, de coisa de criança.

Sim, a COP30 também é coisa de criança — e de adolescente. E no melhor sentido da expressão: justamente por ser um espaço para que países se unam no combate às mudanças climáticas, a Conferência precisa incluir e considerar as vozes e os direitos de crianças e adolescentes se quiser, de fato, manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C e, idealmente, não mais que 1,5°C.

Isso porque as crianças, embora sejam quem menos contribui para a crise climática, são quem mais sente e sentirá os seus efeitos. São elas que vivem mais desastres climáticos que seus pais, avós e bisavós; que são as impactadas por quase 90% das doenças intensificadas pela mudança do clima, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS); e que veem sua educação, sua forma de brincar, suas oportunidades e toda a sua vida afetadas por um clima em constante mudança. Por isso, não existe justiça climática sem justiça intergeracional.

Mas é mais que isso. Meninos e meninas têm experiências e perspectivas únicas, diferentes das dos adultos, e já estão engajados oferecendo ideias e soluções nas comunidades em que vivem. Assim, os esforços de mobilização convocados pela presidência brasileira da COP30 têm muito mais chances de sucesso se incorporarem a ação climática que está sendo liderada pelas novas gerações no Brasil e no mundo.

É para isso que o Unicef está atuando antes, durante e depois da COP30. Além de produzir dados sobre como as mudanças climáticas impactam essa geração e as próximas, agimos para mobilizar crianças, adolescentes e jovens para que participem e contribuam nos processos formais e informais até a COP30. Aqui no Brasil, fazemos isso em um trabalho conjunto com governos municipais, estaduais e o governo federal, e com parceiros da sociedade civil, do setor privado, e de organizações lideradas por meninos e meninas.

Desde a COP28, os países signatários do Acordo de Paris reconheceram que as mudanças climáticas impactam de maneira desproporcional as crianças. E o que ficou claro nos debates desde esse reconhecimento é que o mundo conhece as soluções que podem e devem ser adotadas para enfrentar esse problema.

Primeiro, cada país deve traçar e cumprir objetivos ambiciosos, considerando as necessidades específicas de crianças e adolescentes, para suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) — o compromisso de cada nação, enviado periodicamente à ONU, sobre como reduzir as emissões de gases do efeito estufa. Infelizmente, isso é algo que apenas um terço das NDCs anteriores fez. No caso do Brasil, a mais recente NDC apresentada pelo

país, em novembro de 2024, incluiu avanços no olhar para a infância, mas ainda há muito espaço para melhorar.

Além disso, o financiamento climático precisa crescer drasticamente e ser alocado de forma a garantir direitos de crianças e de outras populações mais impactadas, como previsto na decisão sobre a meta de financiamento da COP29. O Unicef identificou que, entre 2006 e 2023, apenas 2,4% do financiamento climático global foi direcionado a projetos com atividades responsáveis a crianças e adolescentes. Se queremos avançar, é essencial que esse número chegue a pelo menos 20% até 2030.

Há várias outras decisões a serem adotadas em Belém — sobre adaptação climática, sobre as perdas e os danos sofridos por países e comunidades, sobre os impactos particulares para mulheres, pessoas indígenas e outros povos tradicionais — que podem e devem considerar o impacto da mudança do clima sobre meninos e meninas, e sobre como eles e elas podem ser parte da solução.

São desafios consideráveis, que só poderão ser superados se atuarmos junto às crianças e aos adolescentes. E o Brasil tem o necessário para aproveitar essa oportunidade, contando com esforços dos governos; crianças, adolescentes e jovens que já estão organizados e mobilizados; e organizações, empresas e grupos que desejam contribuir no combate às mudanças climáticas.

Como organização observadora da COP, o Unicef estará à disposição do Brasil, de outros países e da sociedade para contribuir para esse movimento. É diante desse cenário que defendemos: que o legado da COP30 seja não só por cada criança, mas para elas e com elas.